NOTÍCIA

18 novembro 2026
DCIPT

Aprovado por maioria

Câmara de Cantanhede aprovou orçamento de mais de 60 milhões de euros



Ascende a 60.225.782 euros o valor do Orçamento que a Câmara Municipal de Cantanhede se propõe executar em 2027, tal como consta na proposta aprovada na reunião camarária de 17 de novembro, com cinco votos a favor, um voto contra e uma abstenção.
O documento irá agora ser submetido à votação da Assembleia Municipal, no plenário do próximo dia 18 de dezembro, acompanhado das Grandes Opções do Plano, cuja estrutura aponta para 31.370.628 euros destinados às funções sociais e às funções económicas. Ou seja, somadas, estas duas funções absorvem 52,09% do valor global do Orçamento, indicador que reflete “uma orientação no sentido de canalizar o essencial dos recursos financeiros para as áreas que se repercutem diretamente na valorização do território e na qualidade de vida dos munícipes”, conforme refere a presidente a líder do executivo, Helena Teodósio, relativamente ao plano previsional da despesa para 2027.
A autarca esclarece que o peso financeiro das funções gerais (40,95%) tem a ver essencialmente com a inclusão de algumas rubricas que antes não eram aí consideradas, nomeadamente “os custos de estrutura para assegurar um elevado nível de atividade em todas as áreas, processo que, na sequência do alargamento do universo das competências do Município, tem vindo a acentuar-se”.
Por outro lado, a autarca destaca dois indicadores financeiros que considera particularmente relevantes, a começar pela “poupança corrente de 1.945.170 euros, valor que traduz o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental com alguma folga, requisito legal de sustentabilidade financeira em termos de Finanças Públicas”. O outro indicador é “a descida da dívida financeira em 9% relativamente ao valor inscrito em 2026, ajustamento que representa

também um apreciável alívio dos encargos com juros, neste caso na ordem dos 13%, alargando assim a margem para o recurso a soluções financeiras de alavancagem ao novo ciclo de investimentos que se perspetiva", sublinha.
Segundo Helena Teodósio, "o exercício de 2027 será de charneira entre o PRR e o PT 2030, pelo que as dotações orçamentais foram previstas de modo a preservar a capacidade de resposta corrente do município, a manter o equilíbrio das contas e a avançar com novos investimentos no âmbito de várias candidaturas, algumas delas já aprovadas, outras em fase de aprovação e outras ainda que estão a ser ultimadas pelos serviços técnicos camarários".
Nesse sentido, afirma a presidente da Câmara Municipal, o Orçamento "reflete as opções consideradas mais ajustadas para o Município exercer cabalmente o vasto leque de competências que lhe estão atribuídas, cuja amplitude acentua aliás o carácter estruturante deste importante instrumento de gestão". E acrescenta: "sobre tal amplitude, é preciso dizer que a autarquia não escolhe entre áreas de intervenção. Tem de assegurar todas. Educação, saúde, ação social, ambiente, gestão de resíduos, cultura, desporto, habitação, ordenamento do território, mobilidade, infraestruturas, desenvolvimento económico, proteção civil e administração geral são responsabilidades que têm de ser exercidas em simultâneo da forma mais eficiente possível, tendo o Orçamento de acautelar o seu financiamento sem que se deixe de cumprir qualquer delas".